

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BERNARD PORTER,
EMPIRE AND SUPEREMPIRE. BRITAIN,
AMERICA AND THE WORLD

New Haven, Yale University Press, 2006, 224 pp.

A sucessão das grandes potências marítimas, cujo último episódio foi a substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos no fim da II Guerra Mundial, é tratada por Bernard Porter sob o signo da comparação entre os dois impérios.

Na boa tradição dos historiadores, Porter não se submete à tirania das definições rigorosas. Se é certo que tanto os vitorianos como os neoconservadores recusam ser reconhecidos como imperialistas – na frase de Donald Rumsfeld, os norte-americanos *don't do empire* – nem por isso deixam de ser o que são, parecidos uns com os outros na vontade de negar a sua natureza. Porter insiste em que existem muitos tipos de impérios. Desde logo, no período vitoriano, há quatro realidades separadas – a Índia, que vai deixar de ser administrada por uma companhia privada para se tornar num império dentro do império, as plantações de escravos nas Índias Orientais, o colonialismo de povoamento, nomeada-

mente no continente americano, e os entrepostos comerciais são formas muito diferentes de «fazer império». No caso dos Estados Unidos, prevalece o «império informal», que Porter, por uma vez, define como «a dominação de um país sem domínio directo (*direct rule*) ou controlo territorial». As dificuldades no reconhecimento da natureza imperialista da república norte-americana decorrem, justamente, dessa recusa inerente de praticar os métodos mais bárbaros de controlo directo e ocupação territorial, típicos das potências continentais, pelo menos até à experiência do Iraque.

A negação do império e o «império informal» são traços comuns dos impérios marítimos e liberais, que também se aproximam no tropismo por certos lugares electivos, como o Iraque (uma invenção britânica) ou o Afeganistão (onde os americanos souberam fazer-se substituir por tropas aliadas). Mas há diferenças essenciais, que resultam do programa ideológico dos Estados Unidos como uma república universal, do seu programa estratégico mundial – *full spectrum dominance* – e da sua supremacia militar sem precedentes. Os novos impérios separam-

-se dos velhos impérios por não terem ainda reconhecido que existem limites ao seu poder.

RAYMOND ARON,
PAIX ET GUERRE ENTRE LES NATIONS
Paris, Calmann-Levy, 2005, 794 pp.

Em certo sentido, e como resulta logo do título da sua obra principal, Raymond Aron escreveu *Paix et Guerre entre les Nations* (1962) para responder a Hans Morgenthau, professor da Universidade de Chicago, que tinha publicado o primeiro grande livro de referência da teoria das relações internacionais – *Politics among Nations*.

Os dois livros têm uma qualidade equivalente e, como é próprio dos textos clássicos, suportam ser lidos vezes sucessivas, mesmo muitos anos depois de terem sido escritos e mesmo num domínio que se tornou tão prolixo como os manuais de teoria das relações internacionais. Morgenthau e Aron têm uma referência comum na escola histórica alemã, a qual, de Leopold Ranke a Friedrich Meinecke, representa a primeira narrativa moderna dos ciclos nas relações entre as grandes potências como a essência da política dos Estados. Dito isso, Hans Morgenthau tem uma visão mais histórica e jurídica da política internacional, enquanto Raymond Aron parte sobretudo da sociologia histórica weberiana e da tradição política maquiavélica. A sua teoria das relações internacionais combina o realismo clássico – a glória e as ideias – com uma visão sistémica – a topologia das polaridades – em que antecipa as

problemáticas de Hedley Bull e da Escola Inglesa – incluindo o tema da homogeneidade, central para a concepção de uma sociedade internacional – senão o realismo estruturalista de Kenneth Waltz e da *Theory of International Politics*, o livro de referência do neo-realismo. No entanto, a análise do sistema internacional de Aron permanece vinculada a um princípio praxeológico – a teoria das relações internacionais é uma teoria da prática – que separa *Paix et Guerre entre les Nations* dos excessos típicos das escolas sistémicas behavioristas, das quais não resta nada, ou quase nada, que valha a pena ler.

A obra de Aron (cuja primeira edição em inglês foi prejudicada por uma péssima tradução) não teve uma influência comparável ao livro de Morgenthau. Mas ainda é tempo de ultrapassar a concepção das relações internacionais como uma disciplina americana e admitir Raymond Aron como um dos seus expoentes maiores.

FRANÇOIS DE CALLIÈRES,
L'ART DE NÉGOCIÉRIER SOUS LOUIS XIV
Paris, Nouveau Monde, 2006, 158 pp.

O primeiro ensaio clássico sobre a diplomacia, escrito por François de Callières e publicado originalmente, em 1716, como *De la Manière de Négociérier avec les Souverains*, acaba de ser reeditado em francês.

François de Callières foi ele próprio um grande diplomata, discípulo do cardeal de Richelieu, que serviu Luís XIV como seu embaixador, nomeadamente no Congresso

de Ryswick, no fim da Guerra dos Nove Anos (1688-1697) entre a França e a Holanda, e como secretário do gabinete do Rei, entre 1701 e 1708.

O seu livro não só resume a experiência da diplomacia francesa, no momento em que a França é a principal potência europeia e internacional, como codifica os princípios que regem a diplomacia moderna e a ética dos diplomatas, que servem igualmente o seu monarca e a paz. As fórmulas de Callières continuam a ser precisas e pertinentes. O seu catálogo das qualidades de um negociador começam por exigir um espírito atento, a verticalidade (*un sens droit*), a capacidade de conceber as coisas com clareza e sem se perder em subtilezas, o dom de descobrir o que está no coração dos homens, a presença de espírito necessária para tirar partido dos imprevistos, uma natureza calma (*une humeur égale*), um comportamento civil e agradável, e boas maneiras. A reflexão sobre os dilemas do seu ofício diz que o embaixador é, de certa maneira, um actor (*un comédien*) que desempenha um grande papel no palco de um teatro: como o seu emprego o eleva acima da sua condição e o coloca ao nível dos senhores do mundo (*les maîtres de la terre*) pelo direito de representação e pelo trato particular com eles, só pode ser um mau actor se não sabe sustentar a sua dignidade. O mais importante era e é o carácter que obriga o negociador a nunca assegurar o sucesso das suas negociações através de falsas promessas e da má-fé: só recorrem a esses meios os medíocres que não encontram a maneira de chegar aos seus fins por vias justas e razoáveis.

**NICOLE GNESOTTO,
GIOVANNI GREVI (DIRS.)
THE NEW GLOBAL PUZZLE.
WHAT WORLD FOR THE EU IN 2025?**

Paris, EU Institute for Security Studies, 2006, 250 pp.

No termo do seu mandato como director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, Nicole Gnesotto publica um estudo de prospectiva internacional, organizado por Giovanni Grevi e Burkard Schmitt, que é, de certo modo, a contrapartida do 2020 Project do National Intelligence Council.

A estrutura do relatório analisa cinco temas – demografia, economia, energia, ambiente, ciência – e sete regiões – Eurásia e Rússia, Médio Oriente e África do Norte, África subsariana, Estados Unidos, China, Índia e América Latina – antes de se concentrar na União Europeia. Faltam os temas políticos, sociais e religiosos, enquanto o catálogo regional, que segue a lógica geopolítica tradicional do «estrangeiro próximo», se bem que já reconheça a Índia, ignora parceiros decisivos, como o Japão e a Ásia do Sudeste.

A visão dos prospectivistas europeus é pessimista. A ruptura na sustentabilidade demográfica, ambiental e energética fica consumada nas próximas três décadas. O aquecimento global, acelerado com o desenvolvimento económico da China, da Índia, do Brasil e da Indonésia, é irreversível. O mundo em 2025 será «mais populoso, mais explorado, mais árido e mais poluído». Também vai ser mais heterogéneo e mais fragmentado, enquanto as reacções primordialistas se acentuam com os choques da globalização, posta em causa quer pela regionalização, quer pela tribali-

zação. O exercício identifica quatro questões decisivas: primeira, na ausência de um sistema com clivagens bem definidas, como a divisão Leste-Oeste, a política internacional será dominada pela globalização; segunda, a multipolaridade vai tornar-se uma realidade; terceira, vai surgir uma tensão entre as novas e as velhas potências (as novas potências são as mais velhas de todas, como a China ou a Índia); quarta,

a influência do Ocidente fica limitada com a emergência das novas potências. Perante esses desafios, a União Europeia tem que ser capaz de comandar a mudança, de fazer coincidir a multipolaridade com a ordem multilateral e de se adaptar a um contexto de interdependência complexo e instável. A prospectiva é um admirável exercício de análise do presente.

■ CARLOS GASPAR

RÚSSIA

ROGER E. KANET (ED.),
**THE NEW SECURITY ENVIRONMENT:
THE IMPACT ON RUSSIA,
CENTRAL AND EASTERN EUROPE**

Aldershot, Ashgate, 2005, 247 pp.

Em três grandes capítulos, Roger Kanet reúne contribuições suficientemente amplas para uma análise das principais questões de segurança internacional, particularmente após o 11 de Setembro de 2001, num volume que merece uma leitura atenta.

Centrando a sua análise nos desafios à segurança internacional, o livro começa por abordar a postura dos Estados Unidos e da Rússia, afunila para a análise de segurança na Europa Central e de Leste, e expande-se na área de vizinhança da Rússia até à Ásia Central. O argumento segue o pressuposto de que a segurança da Europa está intimamente ligada aos Estados Unidos e à Rússia, tal como no período da Guerra Fria, mas desta feita com contornos diferenciados e mais complexos. A análise sugere o

poder norte-americano como hegemónico, a postura russa como diminuída e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a organização europeia de segurança por defeito, a revelar-se cada vez menos central nas políticas europeias e de Washington. Neste contexto, a Rússia é apresentada como um actor com poder reduzido, embora com um desejo manifesto de afirmação, enfrentando graves problemas internos (como ameaças separatistas) e dificuldades na gestão das suas relações com os estados na sua área regional de vizinhança. A *realpolitik* continua a sustentar as formulações políticas de Moscovo, tornando complexo o equilíbrio entre a necessidade de consensos alargados e a prossecução de interesses próprios. Questões delicadas como as ameaças étnicas, a competição energética, a degradação ambiental e o terrorismo são, neste seguimento, objecto de análise. Não pretendendo ser um estudo exaustivo destas e outras problemáticas de segurança, e das suas implicações para a Rússia e a Europa Central e de Leste, o texto consegue, no entanto, um

enquadramento analítico e teórico suficientemente abrangente das mesmas, realçando as dinâmicas inerentes a estes processos numa conjuntura internacional de grande complexidade. O livro termina num tom pouco optimista face às possibilidades de cooperação internacional numa era pós-vestefaliana, onde o realismo político auto-interessado não permite a constituição de uma verdadeira comunidade de segurança unindo os vários pólos de poder na resolução de problemas partilhados.

**IRINA ISAKOVA,
RUSSIAN GOVERNANCE
IN THE TWENTY-FIRST CENTURY:
GEO-STRATEGY, GEOPOLITICS
AND GOVERNANCE**

Londres, Frank Cass, 2005, 354 pp.

Num contexto internacional onde as questões geoestratégicas, geopolíticas e de governação têm constituído uma área importante dos estudos internacionais sobre os (re)posicionamentos no sistema internacional, Irina Isakova apresenta neste livro um guia para o entendimento dos constantes alinhamentos e desalinhamentos na política externa russa, num quadro internacional alargado. Além do mais, fica desde logo clara a necessidade de análise transversal relativamente às dimensões interna e externa na política russa, dimensões estas que se entrecruzam e cuja análise é fundamental para um entendimento suficientemente abrangente das dinâmicas subjacentes à tomada de decisão.

Centrando-se nas políticas russas imediatamente antes e após os ataques terro-

ristas de 11 de Setembro de 2001, a autora conduz-nos por caminhos nem sempre fáceis de percorrer, onde questões de segurança e defesa, temas político-institucionais, civis e militares, e abordagens sistémicas de transformação económica, social e política sugerem obstáculos no percurso. É neste contexto de abordagem que são identificadas as razões para o comprometimento russo com o Ocidente particularmente após o 11 de Setembro, e as implicações deste compromisso, muitas vezes com resultados aquém dos esperados e não constituindo uma certeza no rumo e direcção das políticas do Kremlin.

Partindo da análise do posicionamento geoestratégico da Rússia, clarificando as opções estratégicas e questionando as suas convicções geopolíticas, está traçado o quadro genérico do estudo. A partir de então, a análise centra-se na Federação Russa como actor internacional, onde a dimensão doméstica dos processos de decisão ora colide ora se conjuga com as suas escolhas externas. A necessidade de reformas a nível interno é salientada, num largo espectro que combina reformas administrativas, ajustamentos no aparelho militar (e no seu relacionamento com as forças políticas e civis), e o reequacionamento de políticas energéticas. O livro conclui que a conjugação dos modelos de consenso e controlo tenderá a prevalecer, com o governo central de Moscovo a procurar nessa síntese as respostas para o seu objectivo de integração plena no sistema de segurança e económico internacional, a par da consolidação da sua primazia no antigo espaço soviético.

**RYSZARD KAPUSCINSKI,
O IMPÉRIO**

Porto, Campo das Letras, 2005, 291 pp.

Com uma vasta obra publicada, incluindo títulos como *O Imperador*, onde aborda o declínio do regime de Hailé Selassié na Etiópia, ou *Shah of Shahs*, sobre o último xá do Irão, Ryszard Kapuscinski, repórter polaco nascido na actual Bielorrússia, alia o espírito de curiosidade do jornalista de investigação a uma soberba capacidade de expressão literária. Em *O Império*, o autor narra-nos as suas deambulações pela antiga União Soviética, cruzando elementos de um passado e de um futuro incertos, nos últimos dias do que designa como o Velho Império. Dividido em três capítulos centrais, o livro apresenta numa primeira parte os vários encontros do autor com essa entidade, seguidos de uma análise mais centrada na sua fase de declínio e desagregação; por fim, apresenta um conjunto de apontamentos sobre um futuro de contornos ainda pouco claros no início dos anos 90. Nesta viagem pelo Império, e «num país como a antiga URSS (hoje CEI, amanhã quem sabe)» (p. 145), Kapuscinski descreve, com grande subtilidade analítica e

capacidade narrativa, cenas simples do quotidiano perpassadas pelas transformações associadas ao fim de uma era. Um olhar frio na crítica, mas quente na evocação de uma realidade que não lhe é estranha. As palavras traduzem de forma clara as dificuldades na articulação das dimensões privada e pública no Império e no pós-Império, numa esquizofrenia constante entre o teatro da grande política e o drama da vida quotidiana, como o próprio Kapuscinski reclama. E os escritos sobre a Rússia como sucessora do Império sofrem de «um grau de generalização tão alto que um grande número de problemas começa a perder sentido, deixa de contar, desaparece. A macroescala ideológico-estatal põe de lado, ou mesmo anula, a quotidiana, difícil e dura micro-escala» (pp. 267-268). Do livro emana um desejo de imparcialidade e clarividência sobre uma realidade difícil, complexa e repleta de desafios, acerca da qual as análises generalistas são, na maior parte das vezes, incapazes de captar de forma satisfatória. E sem essa empatia torna-se impossível compreender aquilo em que a Rússia hoje se tornou. Uma leitura a não perder.

■ MARIA RAQUEL FREIRE